



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

XIV

Discurso do Senhor Itamar Franco, Presidente da República, na 3.^a reunião ministerial, quando do lançamento do Plano de Ação Governamental, no Palácio do Planalto.

Brasília, DF, 24 de abril de 1993.

A Nação deseja a verdade. Só a verdade poderá libertá-la do medo, do desânimo e dos preconceitos.

Esta Nação não é o que dela dizem os porta-vozes do desalento, nem os que fundam o seu pálido êxito no anúncio repetido de catástrofes, no êxtase masoquista diante das dificuldades nacionais.

Esta Nação é a dos homens e mulheres que, na modestia de sua vida de todos os dias, repetem a mesma grandeza de nossos maiores.

Respeitaremos estritamente a Constituição e as Leis. Meu Governo não permitirá mais a especulação financeira, baseada na ciranda dos juros altos.

A poupança do pobre, do trabalhador, da classe média e do empresário é intocável.

O Banco Central fará as modificações indispensáveis a que o sistema de *open market*, praticado no Brasil, seja corrigido de suas distorções, de tal modo que passe a funcionar como em outros centros financeiros internacionais, nos quais o *over night* não se remunera com taxas de juros positivas. É uma determinação!

Ao perverter-se o valor da moeda que, de acordo com os pensadores clássicos, deve ser instrumento da Justiça, perverte-se toda a sociedade.

Na ânsia de proteger seus bens e sua família, muitas pessoas perdem a referência dos valores imprescindíveis em uma sociedade civilizada. Alastra-se a corrupção, fortalece-se o egoísmo, reina o desespero entre os mais fracos. Cresce a criminalidade.

Disse, logo no início de minha Administração, e volto a dizer, que este será um Governo de todos, para não ser Governo de uns poucos. Disse, também, que seria um Governo honrado, aberto, submetido à vigilância da sociedade. Para isto, e neste ato, estou propondo ao Congresso Nacional a estruturação da Ouvidoria Geral da República.

A filosofia política que predominava a partir de 1930 e que, de alguma forma, predominou durante muito tempo em nosso País era a de que ao Estado cumpria reger o processo de desenvolvimento e arbitrar os conflitos entre os agentes econômicos. Quando, em nome de novas realidades internacionais, decidiu-se retirar o Estado da direção da economia, descobriu-se que ele já não se encontrava lá. Algumas empresas estatais, mais bem conduzidas, podiam exibir êxitos, enquanto outras só contabilizavam prejuízos. E a iniciativa privada, muitas vezes submetida ao acicate do imediatismo, não era tão privada assim, pois dependia de favores governamentais e, em muitos setores, era subsidiada direta ou indiretamente pelo Estado.

Sabem os senhores como nos foi difícil explicar, aos aliados sinceros de uma vida inteira, as razões que nos impunham privatizar empresas estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional, de Volta Redonda, e, da mesma maneira, promover sua aprovação pelo Congresso, e sancionar Leis como a dos portos. É preciso dizer que só concordamos com a privatização quando encontramos destinação criadora aos recursos em moeda dela advindos, no financiamento da ciência e da tecnologia, nos investimentos em

saúde e em segurança pública e na amortização da dívida interna com a conseqüente queda da inflação e retomada do crescimento.

Vamos prosseguir no processo de privatização, sem abrir mão do controle acionário das empresas estratégicas, como tal definidas na Constituição Federal.

É preciso que a sociedade compreenda as circunstâncias deste Governo. Ele se iniciou sob a dúvida da interinidade e só se confirmou em 29 de dezembro do ano passado.

Nosso primeiro cuidado foi o de recensear as ruínas do Estado. A Nação estava perplexa e entristecida diante do que se revelava. E não se deve esquecer que só neste mês podemos contar com um orçamento, mesmo assim distanciado da realidade.

Este Governo não inventou a inflação, a recessão e muito menos a corrupção que arruinou o País.

Só as pessoas de má-fé podem acusá-lo de imobilismo. Fez-se mais, e com mais seriedade, nesta Administração, do que muitos imaginam. Os senhores Ministros sabem disso e devem dizer isso ao Brasil.

Temos a consciência de que iniciamos, movidos pelo sentimento do dever, um tempo melhor para a nossa gente.

Essa disposição de recuperar a dignidade do Estado Nacional deverá encontrar nas Leis os instrumentos que a tornem efetiva.

Não me demitirei da responsabilidade de, como Chefe de Estado, colaborar no processo de revisão constitucional que se iniciará em breve. A independência dos Três Poderes, que respeito e sempre respeitarei, não me inibe de sugerir ao Congresso, por intermédio dos líderes do Gover-

no, as modificações que a experiência no exercício do Poder Executivo me recomenda.

Ao passar a palavra ao Ministro da Fazenda, Doutor Eliseu Resende, quero anunciar-lhes uma medida importante. Tomei a decisão de mandar reduzir a alíquota de importação de medicamentos, que será negociada em benefício do consumidor e estendida também aos consumidores privados, resguardado o interesse da produção nacional. Essa é uma medida que tomamos contra os que abusam da liberdade de preços. Outras poderão ser adotadas, na mesma linha, se assim for convocado o Governo pela necessidade de proteger a vida e a saúde dos brasileiros.

Senhoras e Senhores Ministros de Estado,
Senhores Líderes,
Senhoras e Senhores,
Moços e Moças,

Deus nos reservou esta parte do Universo para que nela edificássemos uma Nação sem os terríveis sentimentos de superioridade étnica e racial. Formamo-nos de muitos sangues e de muitas culturas.

Os nossos problemas são mais de natureza política, e só o paciente exercício da política, que se expressa nos atos de tolerância, respeito ao adversário, diálogo permanente será capaz de lhes dar encaminhamento e solução.

Não podemos perder a confiança em nós mesmos. Devemos ter em mente que a nossa primeira luta é no interior da alma. Não podemos aceitar a miséria e o sofrimento de milhões de compatriotas, muitos deles com as mãos abertas para suplicar os instrumentos de trabalho. Mãos vazias que, diante da frieza dos abastados, podem crispar-se na violência.

Permito-me citar o testemunho de um grande brasileiro de nossa época, o sociólogo Herbert de Souza, que trouxe ao Governo a singular contribuição de sua solidariedade humana. Disse Betinho, ao referir-se ao Conselho de Segurança Alimentar:

«É importante registrar que é a primeira vez na História da República que tal definição é feita e que tal prioridade é definida e assumida por um Governo. Já era tempo.»

Temos tido grandes e poderosos momentos na História. Começamos a construir o nosso País independente em Guararapes e no Campo de São Domingos, onde o Alferes ajustou com a Eternidade o nascimento desta Nação. Levamos para Pistóia o nosso dever para com uma civilização fundada no Direito, na Justiça e na Lei, que só a democracia consegue preservar.

Não podemos permitir que esta trabalhosa construção venha a ruir pelo desânimo de uns e a deliberada ação destrutiva de outros.

Não podemos permitir — e não permitiremos.

Muito obrigado.